



Educação e Surdez: Superando as Diferenças¹

Iara de Nazaré RODRIGUES²

Liliana RODRIGUES³

Faculdade Boas Novas (FBN), Manaus – AM

RESUMO

O referido artigo fará uma reflexão acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola regular de ensino revelando a necessidade de buscar alternativas para alcançar uma educação de qualidade e igualitária para todos. Nesta perspectiva, o processo de superação das diferenças é visto como ponto de partida para alcançar esse objetivo. Na escola regular inclusiva durante o processo de ensino aprendizagem o educador precisa estar preparado para atender os educandos que possuam algum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial, do contrário a inclusão não se concretizará e não alcançará os resultados esperados tanto para quem a idealizou quanto para os alunos que necessitam dela para desenvolver seu processo de construção de conhecimento de forma satisfatória. A discussão acerca da regulamentação e desenvolvimento de políticas públicas pertinentes a educação especial no Brasil e o que é necessário fazer para que essas ações saiam do papel também fazem parte integrante deste artigo científico.

PALAVRAS – CHAVE: educação especial, políticas públicas, inclusão social;

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo está baseado em discussões iniciadas no 1º período, através da elaboração do projeto de pesquisa “Metodologia Educacional para Alunos Surdos do 1º Ano do Ensino Fundamental”, sendo construído coletivamente por uma equipe de acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Tahirih. Essa construção esta fundamentada na problemática levantada pela equipe, à mesma consiste na falta de apoio dos órgãos competentes as escolas inclusivas acerca da capacitação continuada dos professores para que possam atender os alunos surdos inseridos nas referidas escolas

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2013

² Aluno Acadêmico do 4º. Período do Curso Jornalismo da FBN. E-mail: iararpjornalista@gmail.com

³ Mestrado em Ciências da Comunicação. MBA em Comunicação Empresarial e MKT pela Universidade do Norte – UniNorte. Pós Graduada em planejamento Estratégico Empresarial pela Universidade Federal do Amazonas. Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade do Norte – UniNorte. Professora de Comunicação Social da Faculdade Boas Novas e Executiva de Contas da Oana Publicidade.



Após confirmação da problemática levantada pela equipe através de uma pesquisa de campo realizada no 4º período junto aos professores da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos, originou-se o projeto de intervenção no 5º período propondo a criação de uma Cartilha Digital Libras/Português, visando contribuir com a prática docente dos educadores em sua prática pedagógica com os alunos surdos

Nos períodos seguintes durante a construção do projeto de intervenção ocorreram dificuldades entre a escola e os acadêmicos que levaram a equipe a fazer algumas mudanças no projeto principalmente em relação ao local de aplicação do produto que anteriormente seria desenvolvido na escola acima citada passando então a ser aplicado no Centro Educacional inteligente.

Partindo dessa construção e aplicação da intervenção realizada no 7º período fez-se uma análise dos resultados trazendo percepções individuais sobre a realidade da educação de alunos surdos no âmbito escolar. Neste sentido, esta análise motivou o desenvolvimento da temática “Educação e Surdez: superando as diferenças” tendo sua relevância estabelecida pela falta de metodologias desenvolvidas no âmbito escolar que garantam o respeito e a melhoria da qualidade no processo de ensino aprendizagem de alunos surdos da referida escola.

Por conseguinte fará um breve histórico acerca da Educação Especial no Brasil e no Amazonas, discutira as Políticas Públicas pertinentes a Educação Especial vigente em nosso país, tratará acerca inclusão em uma perspectiva social da educação dos surdos bem com o processo de aprendizagem dos alunos e a superação das diferenças na escola regular inclusiva. Essas dificuldades poderão interferir no desenvolvimento escolar dos alunos surdos, impedindo-os de ter as mesmas oportunidades que os alunos ouvintes considerados “normais”, não respondendo as políticas públicas de nosso país que visam uma educação de qualidade para todos bem como a garantia da inserção social.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial no Brasil surgiu por volta de 1854 com a educação de cegos devido ao grande número de casos de cegueira que surgiram. Nesta época havia chegada recentemente de Paris na França um jovem cego chamado José Alves de Azevedo que aprendeu por lá um novo método de ler e escrever através do uso do Braille (MAZZOTTA, 1996). Por intermédio do médico da corte D. Pedro I tomou conhecimento do novo método de ensinar alunos cegos, impressionado com a novidade decidiu através do Decreto Imperial



nº 1428 criar o Imperial Instituto de Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro atualmente chamado (IBC) Instituto Benjamin Constant.

Passado Três anos da criação do Instituto D. Pedro I fundou o Imperial Instituto de surdos-mudos chamado hoje de Instituto Nacional de Educação de Surdos o (INES) também localizado na cidade do Rio de Janeiro, porém como unidades conveniadas em todo o Brasil. No ano de 1950 o poder público mantinha cerca de quarenta instituições de ensino regular que proporcionavam algum tipo de educação diferenciada para pessoas com deficiência mental e quatorze atendiam pessoas com outros tipos de deficiências. Nesta mesma época foram fundadas instituições como as APAES e Pestalozzis em todo o país.

Na década de 1960 notava-se a grande necessidade de inserção desses indivíduos na sociedade foi então que um grupo de familiares e amigos e deficientes criou um movimento de integração de pessoas com deficiência visando auxiliá-los a terem condições de adquirir uma melhor qualidade de vida cotidiana conseqüentemente alcançar sua interação social. Esses movimentos sociais moveram o Governo Brasileiro que passaram a criar leis que assegurassem o direito à educação para as pessoas com deficiências. (FONSECA, 1995).

No ano de 1973 mais um passo foi dado em relação à educação especial no Brasil nesta época foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) com o objetivo de desenvolver a educação especial em todo o país, tendo mais tarde seu nome trocado por Secretaria Especial de Educação Especial (Idem). Na década seguinte a valorização das pessoas com necessidades especiais aumentou bem como seu processo de educação. O ano de 1981 foi um ano marcante considerado como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência trazendo transformações muito importantes formando cidadãos mais conscientes das necessidades de mudanças na educação de pessoas com deficiência.

Neste sentido, todos esses movimentos e articulações levaram a criação de programas educacionais especializados para educação de pessoas com necessidades especiais foram criados garantindo assim uma educação de qualidade para o maior número de pessoas.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO AMAZONAS

Segundo a história a Educação Especial no Estado do Amazonas teve início com a fundação do Instituto Montessoriano pelo Dr. André Araújo em 1946. (Teoria e Prática da Educação Especial, 2007). Em 1970 a Secretária Estadual de Educação do Amazonas em



parceria com o Ministério da Educação (MEC) proporcionou especialização de professores da rede estadual através de cursos que foram oferecidos na cidade do Rio de Janeiro.

Por conta desse avanço a educação de alunos com deficiência visual, auditiva e mental passou a ser feita em três classes especiais dentro da escola regular do Estado. Essa oportunidade foi considerada um grande avanço na educação dessas pessoas, pois as mesmas se encontravam sem grandes perspectivas educacionais e sociais até aquele momento.

A partir de então as demandas foram aumentando. No ano 1975 a Secretaria Estadual de Educação fundou um setor responsável pela educação especial no Estado chamado Coordenação de Programa de Assistência ao Educando Especial tendo uma equipe de profissionais capacitados de várias deficiências. Esse trabalho foi realizado graças à parceria da SEDUC e o Centro Especial de Educação (CENESP/MEC) que tornou os profissionais envolvidos em multiplicadores deste trabalho da capital e em alguns municípios do interior do estado do Amazonas.

Com o passar dos anos outras instituições foram surgindo entre elas a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE /1976), o Centro Especial “Helena Antipoff” da Sociedade Pestalozzi do Amazonas em 1979 com atendimento específico de doentes mentais. Com o passar do tempo essa demanda cresceu e a Secretaria Estadual de Educação fundou a Coordenação de Educação e em 13 de maio de 1982 criou por meio de Decreto n. 6.331 as escolas especiais:

- Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos para atendimento de surdos severos e profundos.
- Escola Estadual Joana Rodrigues Vieira, para atendimento de pessoas com deficiência visual (cegos e visão subnormal).
- Oficina Pedagógica Diofanto Monteiro, para atendimento de pessoas com deficiência mental, maiores de quatorze anos com cursos profissionalizantes de nível básico. (Diário Oficial do Amazonas, 13 de Maio de 1982).

Ainda no mesmo ano foi criado o Instituto Fellipo Smaldone na capital do Amazonas o que ampliou ainda mais o atendimento da educação de surdos no Estado.

A SEDUC continuou aumentando o atendimento as pessoas com deficiências mentais em suas escolas regulares com a implantação de classes especiais de ensino na capital e também no interior do estado bem como passou a criar parcerias com instituições não-governamentais como Associações de Pais, Pestalozzis e APAES. (Teoria e Prática da



Educação Especial, 2007). A educação especial no Amazonas no início dos anos 90 atingia índices bastante positivos no contexto nacional em meados de 1990 por perceber grandes demandas em relação à educação de pessoas com deficiências mentais e de síndromes a SEDUC fundou a Escola Estadual Manoel Marçal de Araújo, especialmente para atender este tipo de clientela o que favoreceu satisfatoriamente sua educação. Passada essa fase a Política Nacional de Inclusão exigiu uma reflexão pedagógica acerca da educação especial propondo uma educação agora menos limitada e isolada. A partir de então a proposta da inclusão, aproximadamente 60% das classes de educação especial foram eliminadas e os alunos passaram a freqüentar as classes regulares, ou seja, os alunos com necessidades especiais uniram-se á alunos que já se encontravam nas classes regulares e que não tinham nenhum tipo de deficiência.

No início de 2003 a Secretaria Estadual de Educação criou a Gerência de Atendimento Educacional Específico, com o objetivo de coordenar as atividades educacionais destinadas ao atendimento de pessoas com necessidades especiais nas seguintes modalidades: (Teoria e Prática da Educação Especial, 2007, p.24). - Escolas Especializadas; Ensino com Professor Itinerante; - Salas de Recursos na Capital e no Interior do Estado; - Classes Especiais na Capital e no Interior do Estado; - Sala de Estimulação Precoce (deficiência visual); - Centro de Apoio as Pessoas com Deficiência Visual- CAP; - Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento as Pessoas com Surdez – CAS; - Centro de Apoio Educacional Específico – CAESP; - Classes Comuns; -Atendimento domiciliar; - Classe hospitalar;

Procurando propiciar aos alunos com necessidades especiais um melhor atendimento educacional em 2007 foi criado o Complexo de Educação Especial André Vidal de Araújo tendo como seu principal objetivo desenvolver as potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo a prática da inclusão quando esses alunos forem para o ensino regular. (Idem).

Em se tratando de educação de alunos surdos como toda população minoritária sempre esteve envolvida em processos discriminatórios em comparação a sociedade de maioria ouvinte.¹ No século XIX era realizada através do uso da língua de sinais e grande parte dos

¹ População minoritária aquelas que durante décadas foram desrespeitadas e excluídas na sociedade entre elas estão os povos Afro-descentes, povos indígenas, portadores de necessidades especiais entre outras diferenças sociais, físicas, e econômicas.



professores era surdo, porém a idéia de educação adequada para surdos dividia opiniões de professores, estudiosos e professores. Alguns acreditavam que o método de língua falada deveria ser o foco principal, outros achavam que a língua de sinais seria um método eficaz e ainda outros acreditavam que a união dos métodos atingiria resultados mais satisfatórios. (FONSECA, 1995). No congresso de Milão em 1880, ficou definido que os surdos passariam a ser ensinados através do método oral puro, assim sendo a partir de então proibido o uso da língua de sinais no processo de ensino aprendizagem dos surdos, ou seja, eles eram obrigados a comportarem-se como alunos ouvintes.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PERTINENTES A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

As primeiras conquistas que as pessoas com deficiência atingiram se deram em meados do século passado. Muitas campanhas, conferências e planos voltados à luta pelos direitos a educação foram realizadas, porém apenas no ano de 1961 foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024 com o objetivo de avançar o processo de integração da educação especial no Sistema Nacional de Educação propiciando deste modo uma educação de qualidade para todos. De acordo com MAZZOTTA, (1996, p.67) “muitos tem sido os que atendem a situação atual com resultado exclusivo de suas próprias ações”. Esse método ocorreu muito lentamente, no entanto, desenvolveu-se de forma continua até chegar à necessidade de criar políticas públicas que descem suporte a educação dessa clientela.

Em 11 de Agosto de 1971 a lei nº 5692 surgiu para reafirmar a necessidade de propiciar um desenvolvimento educacional satisfatório para alunos com necessidades especiais. O ano 1981 foi considerado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Após esse acontecimento o Brasil desenvolveu diversas ações em prol da Educação Especial. No ano de 1985 foi criado o Plano de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Essas ações tiveram um papel fundamental na garantia do direito a uma educação de qualidade para todos bem como a inserção social da pessoa com deficiência. A Constituição Federal Brasileira (1988) declara em seu Art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua



qualificação para o trabalho (Constituição Federal Brasileira, 1988, Art. 205).

Através de várias propostas e leis o direito a educação para todos foi sendo alicerçado durante o passar dos anos, no entanto, o principal passo para o avanço da conquista do direito a educação de pessoas com deficiência passou a ser o fato de estar determinado na Constituição Federal Brasileira de 1988. A Lei nº 7.853 criada em 24 de Outubro de 1989 apóia a integração social das pessoas com deficiência entre outras providências.

A criação do Eca (Estatuto da Criança e do Adolescente) lei nº 80691 em 13 de Julho de 1990 também teve um papel muito importante nesse processo de determinação do direito a uma educação de qualidade para todos. Art. 54. “Atendimento educacional especializado a portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) entre outras iniciativas foi fundamental para motivar o Brasil a criar leis que garantissem uma educação de qualidade para todos sem exceção independente de cor, idade, etnia, sexo, deficiência, religião e etc. Essa Declaração teve grande influência no Brasil no sentido de criação de que atendessem alunos com necessidades especiais da mesma forma que os demais alunos respeitando suas diferenças físicas ou educacionais.

A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9394/96 estabelece em se Capítulo V. Art. 58 que:

A educação de pessoas com necessidades especiais deve acontecer preferencialmente em escolas de ensino regular e ainda oferece apoio especializado se for necessário atendendo as peculiaridades desses alunos (LDB, Cap. V, Art.58).

Todavia, a realidade das escolas tem se apresentado de forma diferente, pois ao adentrar na escola regular o aluno que possui algum tipo de deficiência se depara com a falta de estrutura das escolas em atendê-los satisfatoriamente pelo fato de não possuírem mão de obra especializada para esse fim. No fim do ano 2000 foi criada a lei nº 10.098 determina critérios e normas básicas para promover a acessibilidade a educação para pessoas com deficiência entre outras determinações referentes a essa modalidade educacional.

Em 2001 o Conselho Nacional de Educação através da Câmara de Educação Básica estabeleceu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Baseada nos referidos princípios. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001). - A prevenção da dignidade humana; - A busca da identidade; - O exercício da cidadania.



Com a resolução nº 155 de 2002 o Conselho Estadual de Educação do Amazonas “estabelece os critérios para o Sistema de Ensino do Estado do Amazonas e institui diretrizes para a educação especial”. Em fim em 2005 na área da Surdez a regulamentação da Lei de Libras nº 10.436 é considerada um marco na luta dos direitos das pessoas surdas bem como a garantia de sua inserção social. De acordo com o seu Art. 1º.

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a elas associados (Lei 10.436, Art.1º).

Nesta perspectiva, apesar de existirem diversas mudanças educacionais abrangem a todos os tipos de indivíduos com deficiência é necessário que os indivíduos surdos bem como outros deficientes participem da criação de propostas diferenciadas para o desenvolvimento da educação inclusiva, pois a maioria das decisões tomadas acerca desta temática é feita por pessoas sem deficiência. No cotidiano escolar regular as pessoas com deficiências encontram diversas dificuldades em adaptar-se ao método utilizado pelos profissionais de educação no processo de ensino aprendizagem, pois esses métodos estão voltados para a educação de pessoas consideradas “normais” deixando um pouco de lado a prática de outras modalidades de ensino.

Durante a aplicação do Projeto de Intervenção a equipe acadêmica da Faculdade Tahirih percebeu de forma bem explícita essa realidade dentro da escola pesquisada. Em se tratando de Educação Especial é fundamental que os docentes possuam conhecimentos essenciais para lidar com esse tipo de clientela, as políticas públicas nacionais defendem uma escola inclusiva, porém falta estrutura técnica e institucional para que esse processo de inclusão seja realmente estabelecido. Deste modo, as leis que regulamentam essas propostas educacionais poderão em fim sair do papel se tornando uma realidade positiva no processo de ensino aprendizagem de nosso país.

4. INCLUSÃO: uma perspectiva social na educação dos surdos

A palavra inclusão tem sido usada constantemente como um sinônimo da integração de alunos com deficiência no ensino regular significando desta forma a perpetuação da vinculação deste conceito com a educação especial. (Revista da Educação Especial - Outubro, 2005, p.43). A Inclusão propõe a aplicação de currículos mais flexíveis que atendam as pessoas com necessidades educacionais especiais propiciando uma educação de qualidade



para todos sem exceção, tendo como respaldo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Nº 9394/96. O desenvolvimento desta lei poderá propiciar as pessoas com necessidades educacionais especiais a oportunidade de construir seu conhecimento de forma satisfatória e igualitária como os demais membros da sociedade.

Esta modalidade educacional fundamenta-se na Declaração dos Direitos Humanos que considera a inserção dos deficientes em escolas regulares uma ação importante para o pleno exercício da cidadania. A luta internacional de pais e ou responsáveis, profissionais e pessoas com deficiências teve início em meados da década de 80 e começo da década de 90 tendo como principal objetivo a luta contra o fato da educação especial esta posta de forma enclausurada em relação à integração escolar apesar de estarem juntas na prática cotidiana. Teoria e Prática (2007).

No final da década de 90 foram surgindo diversos movimentos que defendiam a implantação da inclusão. Essas discussões têm dado força à defesa da chamada educação inclusiva, que traz um juízo de valor sobre a necessidade da prática da educação especial e em contra partida critica as práticas educacionais postas atualmente em nossas escolas. Diversas ações e reuniões como a convenção dos direitos da criança realizada no ano 1989 em Nova York e a Conferência Mundial de Educação para todos realizada no ano de 1990 em Jomtiem na Tailândia merecem destaque, porém é necessário destacar a Conferência Mundial sobre as necessidades educativas em 1994 na cidade de Salamanca (FRANÇA), pois essa Conferência contribuiu bastante para avanço da educação inclusiva em todo mundo inclusive no Brasil.

Essa modalidade educacional precisa ser encarada com mais seriedade buscando meios para torna - lá possível um dos principais pontos de partida seria investir na capacitação dos profissionais de educação para o exercício do ensino regular inclusivo.

4.1- SUPERANDO AS DIFERENÇAS EDUCACIONAIS NA ESCOLA REGULAR E INCLUSIVA

Dados estatísticos comprovam que 10% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, por tanto não se pode mais pensar em excluir das escolas esse número significativo de indivíduos que possuem o mesmo direito de qualquer cidadão brasileiro. (Teoria e Prática de Educação Especial, 2007, p.45). Existe em nosso país leis que



regulamentam a garantia dos direitos de pessoas deficientes ou com alguma necessidade especial, porém nem sempre esses direitos são reconhecidos e respeitados pela sociedade.

Para o desenvolvimento desta modalidade de educação é preciso que as pessoas envolvidas no processo de ensino aprendizagem reconheçam nas crianças suas potencialidades, necessidades e possibilidades individuais para então desenvolver metodologias adequadas que sejam satisfatórias para seu aprendizado.

“A melhor integração do surdo é obtida quando a ele for oferecida a oportunidade de freqüentar uma classe especial regida por um professor especializado, porém numa escola comum”. (Skliar, 2006, p.03).

Para que essa integração seja realmente possível é necessário que as escolas regulares ofereçam uma educação capaz de alcançar níveis de aprendizado satisfatórios para esses alunos.

É claro que não será um processo fácil, pois a comunidade surda como qualquer outra possui diversidades em todas as modalidades, inclusive em se tratando de educação não se pode pensar nos surdos como uma comunidade ou classe homogênea, ou seja, assim como em qualquer cultura os surdos possuem diversidades de cor, raça, religião, condição social e lingüística, ou seja, não se deve imaginar essa comunidade como uma totalidade cultural sem diferenças existentes.

Não é necessário esconder ou criticar as diferenças, mas sim respeitá-las procurando auxiliar esse aluno a desenvolverem-se com dignidade e autonomia. No entanto, para que isso aconteça é fundamental que a escola regular se organize para atender esse alunado diferente, o primeiro passo seria investir na capacitação dos profissionais de educação, através da formação continuada podendo auxiliá-los a propiciar uma educação de qualidade para os alunos especiais inseridos nessas escolas.

Tem sido um grande desafio que vem sendo almejado por diversas instituições públicas e particulares no mundo inteiro tendo como objetivo de auxiliar a pessoa surda a construir uma identidade própria alcançando a obtenção de seus direitos de forma igualitária e respeitosa superando as diferenças culturais, sociais, educacionais e lingüísticas entre surdos e ouvintes. Alguns depoimentos de alunos surdos retirados do livro Estudos Surdos I relatam algumas situações que confirmam as dificuldades encontradas por eles na escola regular. Nas escolas do Brasil, há proposta de inclusão e integração?



[...] Ainda não estamos interagindo, está havendo pesquisa sobre a visão dos surdos, tem que acabar com essa abordagem oralista. Em minha opinião essa abordagem traz problemas complexos para o surdo. Como vão concluir os estudos? [...] Vivemos o oralismo. Ou o surdo aprende assim, ou não estuda. (Estudos Surdos I, p.1).

Através dos depoimentos se pode perceber as dificuldades que os surdos encontram em seu processo de ensino aprendizagem na escola regular uma realidade evidentemente oralista e quase sempre discriminatória que infelizmente os surdos tem que encarar em seu cotidiano escolar e social.

Com o oralismo fica difícil. O professor fala muito rápido. O ouvinte tem informação, mas o surdo não tem, então para o surdo torna-se muito mais difícil e ele não aprende. O ouvinte aprende mais rápido, o surdo não, por que muda a língua dele, a língua é diferente, Português/Libras é diferente. Se inverter o ouvinte também não aprende, se fosse Libras o surdo aprenderia rápido e o ouvinte não. Sim, porque a capacitação própria dele é a Língua Brasileira de Sinais. (Estudos Surdos I, p.3).

Para que a educação inclusiva seja realmente desenvolvida o Brasil precisa investir na capacitação dos profissionais de educação que atendem alunos surdos ou com outras deficiências na escola regular.

Durante a aplicação do Projeto de Intervenção no 5º período junto ao público alvo percebeu-se que apesar de todas as leis que normatizam e defendem a necessidade de oferecer aos alunos com deficiência um ensino regular inclusivo, na prática a realidade é outra essas escolas não contam com estrutura física e profissional capaz de atender esses alunos de forma satisfatória para alcançar os objetivos propostos por essas lei, ou seja, oferecer uma educação igualitária e de qualidade para todos.

Deste modo, através dessas ações os alunos com deficiência alcançarão práticas pedagógicas menos excludentes e discriminatórias durante seu processo de escolarização obtendo conseqüentemente uma educação de qualidade com mais dignidade e respeito às diferenças.

4.2 ENFOQUE PEDAGÓGICO E SOCIAL DA APRENDIZAGEM DOS SURDOS

Durante toda vida as pessoas surdas vivenciam em casa com a família, na escola, com os amigos em fim no seu convívio em sociedade experiências visuais fundamentais para a construção pessoal do conhecimento em geral, através de experiências cognitivas buscando



obter métodos de comunicação simbólica tendo a língua de sinais (LIBRAS) o principal meio de efetivação deste processo de diálogo com os outros seres sociais ouvintes. Historicamente a educação em nosso país sempre teve um aspecto excludente que procura atender o interesse dos privilegiados economicamente.

A educação regular inclusiva para obter êxito no aprendizado de pessoas surdas precisa propiciar uma educação bilíngüe priorizando a língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua proporcionado deste modo uma educação de qualidade necessária para o exercício de sua cidadania não dependendo da oralidade.

Entretanto as escolas não oferecem tais recursos e a situação dos alunos surdos é difícil tendo que se adequar as práticas educacionais ouvintistas², ou seja, práticas somente voltadas para os alunos ouvintes. Deste modo deve-se pensar em um projeto educacional que priorize a língua de sinais no processo de aprendizagem desses alunos. SEESP/MEC (Brasília-2006, p. 76).

O desenvolvimento de uma educação bilíngüe de qualidade é fundamental ao exercício de sua cidadania, na qual o acesso aos conteúdos curriculares, leitura e escrita não dependam do domínio da oralidade. (SEESP/MEC – 2006, P.76).

A partir deste contexto é fundamental promover discussões a respeito da relação entre a surdez, a linguagem e o processo de ensino da língua portuguesa aliada ao uso da língua brasileira de sinais. Apesar de existirem leis que garantam condições de desenvolver essa metodologia em salas regulares a realidade é outra.

Deve-se destacar a importância do uso dos aspectos visuais durante a educação de alunos surdos buscando metodologias que explorem esse enfoque determinante para a construção do conhecimento desses alunos. Assim ficará mais fácil desenvolver suas habilidades e potencialidades educacionais, culturais, sociais e cognitivas tornando-se um indivíduo atuante na sociedade em geral. Sabe-se que a educação brasileira tem sido alvo de diversos estudos no que concerne ao fracasso escolar nas escolas públicas, no entanto a educação das minorias tem obtido um destaque maior neste aspecto, pois o processo de inclusão requer profissionais que estejam preparados para atender este tipo de clientela.

² Segundo Skliar Ouvintistas: “ É o conjunto de representações de ouvintes, a partir do qual os surdos está obrigado a olhar-se e narra-se como se fosse ouvinte” (1998, p.15)



Esse processo de capacitação de professores poderá ser feito através da formação continuada oferecida pela escola que ele trabalha, pela Secretária de Educação do Estado ou por instituições de educação pública ou privada.

A chamada educação inclusiva na prática é encarada de maneira diferente essas escolas não estão preparadas para atender alunos com necessidade educacional diferenciada.

Por esse motivo em pleno século XXI as pessoas surdas ainda encontram dificuldades educacionais que as impedem seu desenvolvimento intelectual e social. A pergunta que fica rondando a cabeça dos estudiosos sobre o tema e principalmente os surdos se faz todos os dias é de que maneira o aluno surdo poderá ser escolarizado através de uma língua que ele não tem domínio sem trazer prejuízos à sua qualidade de ensino e em todos os setores de sua vida.

Por esse motivo a comunidade surda vem travando batalhas em busca da implantação do bilingüismo (Libras/Português) modalidade de ensino que abrangeria a Libras como primeira língua, ou seja, a língua materna e a língua portuguesa como segunda.

A proposta do bilingüismo nasce em oposição à concepção clínico- terapêutica da surdez e como um reconhecimento político da surdez como diferença. Na perspectiva bilíngüe a língua de sinais é considerada a primeira língua do surdo e a majoritária – na modalidade oral e / ou escrita. (Skliar, 1997).

A inclusão da pessoa surda na escola regular revela à incessante tentativa de propiciar a todos o direito a educação, mas é preciso investir no desenvolvimento de metodologias diferenciadas como o uso do bilingüismo Libras/Português no processo de construção de conhecimento de alunos com surdez. Os alunos surdos têm vivenciado diversas experiências no âmbito escolar principalmente em se tratando da falta de profissionais especializados para atender o surdo na escola regular fato que pode ser comprovado através dos relatos feitos por eles no livro: Estudos Surdos I (2006, p.3).

O professor não tem conhecimento de como explicar mais claro para o surdo, então fica mais difícil, porque a leitura, o texto é tudo para ouvinte. E o ouvinte acha que o surdo tem a mesma língua dele. Mas não, é diferente [...]. O professor pá, pá, pá... Falava e escrevia ele pedia para o aluno ouvinte explicar para o surdo. O professor não queria explicar para o surdo (Estudos Surdos I, p.03).

Tais relatos nos permitem refletir que a simples inserção do surdo na escola regular não garante que ele terá sua integração social estabelecida e que conseguirá se apropriar dos conhecimentos propostos pelo professor. Portanto, é preciso algo mais para alcançar esse objetivo. SKLIAR (1997) "O olhar dos surdos sobre o fracasso escolar se refere, sobretudo



sobre a falta de acesso à língua de sinais e a um processo demorado de identificações com outros surdos”.

Neste contexto, nota-se que a realidade de nossas escolas apresenta um aspecto contraditório à legislação existente em nosso país, o aluno surdo precisa encarar essas dificuldades diariamente ficando em meio a uma comunidade ouvinte ficando sem qualquer perspectiva de mudança. Essa dificuldade muitas vezes os leva a sair mais cedo da escola sem que tenham conseguido alcançar seus objetivos educacionais tendo como consequência sua possível exclusão social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizagem dos alunos surdos era feito através do oralismo em escolas especializadas deixando de lado a utilização de sua língua materna a Língua Brasileira de Sinais (Libras) causando assim uma separação entre os alunos surdos e ouvintes dando início a um verdadeiro processo de exclusão desses alunos. Hoje a realidade da escola regular não mudou muito o aluno não é mais oralizado, porém ainda possui poucas perspectivas de desenvolver-se satisfatoriamente em seu processo de ensino aprendizagem, pois a maioria das escolas não possui interprete ou professor que conheça a Libras.

Percebeu-se na escola usada como alvo para o desenvolvimento do projeto também não possui profissionais especializados na área da surdez dificultando o desenvolvimento escolar dos alunos surdos, pois eles ficam muitas vezes perdidos na sala de aula por não entenderem a língua portuguesa e muitas vezes nem mesmo a Libras.

Esse contexto nos leva a refletir acerca das medidas que precisam ser tomadas para que essa realidade mude e que os alunos surdos passem a ter condições de estudar e alcançar seus objetivos assim como nós ouvintes. A regulamentação da lei de Libras nº 10.436 de 2005 é considerada um marco para evolução da educação das pessoas surdas no Brasil no sentido de propiciar uma educação de qualidade e igualitária para todos, contudo, é necessário continuar lutando para que tais leis e resoluções sejam realmente colocadas em prática e não fiquem apenas no ideal quem as criou.

Apesar do projeto de pesquisa ter se proposto a investigar a questão curricular na escola regular, perceberam-se outras questões que dificultam o aprendizado dos alunos surdos, entre eles está à falta de acompanhamento familiar por não conhecerem a Libras. Essa



dificuldade acaba deixando o aluno desmotivado impedindo-o de prosseguir com seus estudos levando assim o Brasil a atingir altos índices de evasão escolar de alunos surdos.

Considera-se, portanto para que essas mudanças sejam colocadas em prática é necessário criar uma parceria entre as escolas, poder público e as famílias desses alunos, pois através desse trabalho o aluno surdo juntamente com os demais alunos ouvintes conseguira alcançar melhores resultados em sua vida escolar e social superando assim as diferenças na escola regular e inclusiva.

6. REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Decreto-Lei n. 6331 de 13/05/1982. Cria na estrutura na Secretária Estadual de Educação as escolas especiais: Augusto Carneiro dos Santos, Diofanto Vieira Monteiro e Joana Rodrigues Vieira. **Diário Oficial do Amazonas**, Manaus, AM, 13 de maio de 1982.

_____. Congresso Nacional. **Constituição Federal Brasileira** – 1998

_____. Congresso Nacional. Lei Federal Nº 10.436 **Lei de Libras**

_____. Congresso Nacional. Lei Federal Nº **Estatuto da Criança e do Adolescente** – 1990

_____. Congresso Nacional. Lei Federal Nº 9393/1996 **LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)** de 20 de Dezembro de 1996.

Estudos Surdos I – Muller de Quadros, Rocine - Ed: Arara Azul- 2006

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Programa de estimulação Precoce: uma introdução das idéias de Feurstein. Porto Alegre: Artes medicas, 1995.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF, 1994.

Revista da Educação Especial (MEC – Outubro – 2005)

Teoria e Prática da Educação Especial- UEA - 2007

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

SKLIAR, Carlos. **Um olhar sobre as diferenças**. Editora: Mediação 2º Edição. Porto Alegre, 2006



SKLIAR, Carlos, Educação & Exclusão: Abordagens Sócio – Antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre,ED: Mediação, 1997.